

# O projeto de poder do Partido Militar até 2035

MANUEL DOMINGOS NETO

A presente entrevista foi concedida pelo professor Manuel Domingos, membro do Observatório das Nacionalidades, ao jornalista André Barrocal no programa Poder em Pauta Ao Vivo de 27 de maio de 2022. A entrevista foi gravada e pode ser visualizada no canal da revista *Carta Capital* no *Youtube*. A transcrição resulta do trabalho de Lucas Cauê Macedo de Carvalho, Sarah de Moura Nunes e Thiago Guimarães de Araújo Palmeira, alunos do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará.

**André Barrocal (AB):** Nos últimos dias, um grupo de generais e coronéis lançou um “projeto de nação” com o qual esperam influenciar a vida pública brasileira, as políticas públicas nacionais pelo menos até 2035. Os fardados desfrutam de poder crescente pelo menos desde o governo Michel Temer. O atual governo de Jair Bolsonaro, não é exagero dizer, é um governo militar. Bolsonaro é capitão do Exército, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, é general. Além deles, algo perto de 7000 militares estão infiltrados na vida pública brasileira. Esse documento recém-lançado é autodefinido como a expressão de uma ideologia liberal conservadora, ou seja, ecos com o governo de Jair Bolsonaro. O documento aponta como ameaças ao Brasil um tal globalismo financeiro e o ativismo judicial político partidário.

Afinal, o que pretendem os militares com esse documento? Como eles chegaram a esse ponto de conquistar tanta influência no Brasil depois de saírem pela porta os fundos, após a ditadura de 1964 a 1985?

É para uma entrevista sobre esses assuntos que eu, André Barrocal, repórter em Brasília, tenho hoje do outro lado da linha, lá

em Parnaíba, no Piauí, Manuel Domingos Neto. Ele que é graduado e doutor em história pela Universidade de Paris e foi também presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

**AB:** Professor, em primeiro lugar, eu agradeço a gentileza de nos atender. Muito boa tarde!

**Manuel Domingos (MD):** É um prazer conversar com você, André. É um prazer me dirigir aos que acompanham “Carta Capital”.

**AB:** Então, professor, eu lhe perguntaria inicialmente: qual é a sua impressão geral a respeito desse “Projeto de Nação” recém-lançado por militares?

**MD:** A rigor, eu não vejo nenhuma novidade. Eu li atentamente de cima para baixo, não há nenhuma novidade no conjunto de proposições. A rigor, inclusive, grande parte já está em curso. A novidade é sistematizá-las dessa forma e apresentá-las com pompa e circunstância, o que me pareceu temeroso, audacioso. Eles mostram a cara, eles se expõem. Acho que isso é importante para suas hostes, mas também é óbvio que nós podemos compreender com mais rigor, com mais amplitude, com mais profundidade, a ameaça desse projeto de militarização...

**AB:** O senhor identificou aí uma ousadia no lançamento desse documento. O que na sua opinião explica essa ousadia? Por que os militares chegaram a tanto agora nesse momento?

**MD:** Parece ser resultado do exercício do poder, que você caracterizou bem na sua introdução... Eles estão exercitando o poder. O exercício do poder enseja dissidências, fissuras. Portanto, é necessário amarrar os pontos fundamentais. Foi isso que eles fizeram. Deixaram nítido o que propõem. O documento não tergiversa, inclusive nos pontos mais delicados, como a construção “da alma nacional”, a percepção coletiva de nacionalidade. Esse é o tema 11 do projeto, o mais perigoso, o mais arrogante. É mensagem clara da pretensão de tomar conta de corações e mentes dos brasileiros.

**AB:** Durante a apresentação desse documento no último dia 19 de maio [de 2022], essa apresentação coube ao general da reserva, Luiz Eduardo Rocha Paiva. Ele falou algo que tem relação

com o que o senhor acaba de mencionar a respeito da identidade nacional. Ele falou sobre uma ideologia liberal conservadora que consideram ser também uma espécie de identidade nacional. O senhor concorda com isso: a identidade brasileira é uma identidade liberal-conservadora? Qual seria o perigo, o risco dessa teorização sobre a nossa identidade nacional, que o senhor mencionou na sua resposta anterior?

**MD:** Primeiro, esses oficiais copiaram ideias correntes entre as alas extremistas dos Estados Unidos. Não há teorização nova aí. A transposição disso para o Brasil é a negação da nossa diversidade. Nós temos uma sociedade multifacetária, com múltiplos pensamentos, uma sociedade muito rica. Essa ideia liberal-conservadora é uma corrente extremista que nasceu há algumas décadas, foi frutificando, tomou porte a partir do governo Reagan e hoje contamina boa parte do mundo, em particular a Europa. Não vejo elaboração nova. Revela a subserviência do militar brasileiro relativamente às proposições geradas a partir de uma potência hegemônica.

**AB:** A inspiração americana das nossas Forças Armadas é uma inspiração antiga, não? O golpe militar de 1964 teve essa natureza também, não, professor?

**MD:** Eu diria, André, que isso nasce na Segunda Guerra Mundial. Os EUA comandaram o Exército Brasileiro e se tornaram seus fornecedores de armas, equipamentos, de meios, ideias, técnicas, valores...

Nós saudamos a ida à Europa para o combate ao fascismo, mas fechamos os olhos para as consequências disso. Se havia ainda uma certa possibilidade de troca de ideias entre os militares, a partir daí as coisas foram se afinando. Houve uma repressão sistemática às manifestações de oficiais que pretendiam a Defesa Nacional em moldes de respeitar as necessidades sociais. A Defesa Nacional mais relacionada às reformas de que nosso país tanto precisa. Acho que essa dependência estrutural foi estabelecida então na Segunda Guerra Mundial. Até 1964, o que nós tivemos foi um clima permanente de confronto. Alguns levantaram a ideia de que o suicídio de Vargas em 1954 teria adiado o

golpe. Acho que sim, é possível, mas não havia na década de 1950 aquela unidade que passou a prevalecer depois de muita repressão. A partir de 1964 houve uma triagem violenta, uma rejeição ao debate de ideias. Prevaleceu a uniformização do ideário político nas grandes escolas, na Escola Superior de Guerra (ESG) e muita repressão na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Estou me referindo mais ao Exército, porque é o Exército a corporação mais importante. Em que pese terem ideias eventualmente distintas, os marinheiros aprenderam no início da República que não podem confrontar o Exército. É o Exército que tem mais força e capilaridade, que controla inclusive o aparelho policial. É Exército que dá as cartas em se tratando de definições internas, no que diz respeito à sociedade brasileira. Os marinheiros se calam, os aviadores se calam e acompanham. Se brigarem, eles perdem.

Nem eu nem os colegas que pesquisam a área imaginávamos que a redemocratização aberta com a Anistia, depois com a Constituinte, com os governos civis, que essa unidade do ativismo fosse tão eficaz. Nós tomávamos, por exemplo, as ideias desenvolvidas pelo general Avelar Coutinho, o autor militar que há 20 anos já estava publicando, como coisa sem repercussão, meio que isolada... Que nada! Eles nos enganaram, nós não conseguíamos ver. Quando o general Villas Bôas me falava contra o politicamente correto, denunciava o esgarçamento do tecido social, eu não percebia que ele estava traduzindo Avelar Coutinho com suas teses neoconservadoras, porque, ao mesmo tempo, ele fazia juras de amor à democracia e chegava, inclusive, a criticar a ditadura. Pensei até que o general Villas Bôas tinha algum espírito democrático. Ele é um líder carismático, eu jamais o imaginei capaz daquela interferência tão brutal no processo eleitoral, com o Twitter que conduziu a prisão do Lula... Enfim, é uma coisa surpreendente!

Mas eles, de fato, têm unidade. Nesse documento que você está apresentando e que nós estamos discutindo, acho que um dado significativo, relevante, para mostrar sua representatividade,

é a assinatura do general Alberto Cardoso Alves, de uma geração mais antiga. Sinceramente, esperava um comportamento mais sóbrio de sua parte. Esse documento é agressivo com a sociedade brasileira. Não mostra um pingão de solidariedade humana, um pingão de amor à pátria. Quando eu falo pátria, eu falo sociedade. É um documento perverso, que reflete a índole neocolonial do militar brasileiro.

**AB:** O senhor identifica também nesse documento semelhanças com a ditadura militar brasileira? Existem ideias da ditadura que são resgatadas neste documento? Existe paralelismo entre os dois autoritarismos: o do documento e o da nossa ditadura?

**MD:** Há sim, o espírito do documento é o mesmo. Eu vou até mais atrás, à ditadura do Estado Novo, porque é lá que surge a ideia de política do Exército, com o general Góes Monteiro. O general Góes disse: “não devemos fazer política no Exército, mas fazer a política do Exército”. Ou seja, o Exército mandando em tudo. Essa história de definir objetivos da nação, objetivos da sociedade, vem daí. É retomado com a criação da ESG no pós-guerra e me parece um despudor. Uma falta de respeito à sociedade. Compreende-se o motivo de esses militares falarem tanto em pátria. Eles acham que a pátria é o Estado, enquanto a pátria é a sociedade, somos nós, os brasileiros. A pátria não é um pedaço de chão, é a sociedade, é a nação. Como uma corporação pode querer ditar rumos para uma coletividade? Ela que é custeada por essa coletividade. Nós entregamos as armas aos militares, custeamos as corporações e eis que as corporações não apenas querem tomar conta do Estado, mas querem ditar os rumos da sociedade. Sinceramente, o problema é extremamente grave e se manifesta agora com contundência, colocando em perigo os rumos do país.

Eles falavam em “esgarçamento do tecido social”... Ora, quem está promovendo a falta de solidariedade entre os brasileiros são os militares. Esse documento fala em coesão nacional (risos). Como propor coesão nacional aprofundando as desigualdades? Como propor coesão nacional insistindo em um modelo de segurança pública que desconhece absolutamente a cidadania, os direitos da cidadania?

Esse documento é antipovo, antissociedade, anti-Brasil, anti-pátria. É um documento sem piedade com o povo brasileiro.

Tem um conceito que eles desenvolvem, “conservadorismo evolucionista”. Nossa sociedade é carente de mudanças. O Estado nacional brasileiro nasceu em 1822, carente de mudanças. A primeira mudança era acabar com o regime escravista, acabar com o legado colonial. Nós somos uma sociedade em busca de mudança, é insuportável assistir tanta gente à míngua, tanta gente sofrendo. É insuportável assistir um tão grandioso, com tanta capacidade, aparecer de forma subalterna na cena internacional.

O “conservadorismo evolucionista” é uma agressão sórdida aos mais pobres. Conservar acreditando em uma evolução... Nós precisamos é de transformação! Temos um quadro social trágico e precisamos mudar. Vêm eles lá dizendo que precisamos conservar, respeitar as tradições. Que tradição?! O que nós temos é uma tradição patriarcal, é uma tradição de subserviência ao poder externo, aos poderosos, aos senhores do mundo. Essa é a tradição. Não precisamos conservar essa tradição. Temos uma sociedade machista, clientelista, homofóbica que precisamos mudar.

Por que eles são contra mudanças? Porque as Forças Armadas são estruturadas para defender essa sociedade que reflete o legado colonial.

**AB:** Professor, no discurso de apresentação desse documento – discurso, repito, feito pelo general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva – um trecho que nos chamou particularmente a atenção. Ele deixa clara a ideia de que os militares não querem abandonar o poder recém conquistado.

**MD:** Essa coisa é terrível, lembra o Hitler prometendo o Reich de mil anos. Demonstra claramente que o militar não se dá conta que ele é um subordinado, um instrumento do poder político, do Estado. E o Estado deve estar subordinado à soberania popular. O soberano é o povo, que pode decidir pela mudança. É natural que mude. Essa perenidade é injustificável.

Precisamos alterar o Estado. Essas Forças Armadas de dispomos foram moldada pelo Estado, mas ganharam tanta força que passaram a dominar o Estado, se imiscuir nos negócios públicos

e dominar tudo. Não houve freios, não houve barreiras para a petulância castrense.

Ao não definir barreiras, ao não controlar o militar, o Estado mostrou-se confiante de que seu instrumento de força não trairia os seus desígnios. O desígnio do Estado brasileiro não é a mudança, a transformação. Esse Estado não foi construído para atender a sociedade. Foi montado para atender uma parcela. Esse Estado não tem piedade com os mais pobres, acha natural o sofrimento da pobreza. Eu não coloco a carga só nos instrumentos de força, até porque esses instrumentos só funcionam ao lado de outros, como o aparelho de segurança pública, o judiciário...

Eu não vejo possibilidade de ter alteração promissora no Brasil sem alterações nas estruturas do Estado. O Estado precisa ser mudado.

**AB:** Professor, o senhor mencionou que esse documento e que os militares brasileiros em geral têm uma visão antipovo. [Temos] um trecho do discurso feito pelo presidente Bolsonaro em um evento em Maringá, há alguns dias. Nele, Bolsonaro tinha a seu lado o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. O presidente Bolsonaro fala claramente em inimigo interno. Inimigo interno é também uma visão das nossas Forças Armadas, que teriam um papel não apenas de defesa contra um inimigo externo, mas também de “salvação do Brasil contra um inimigo interno”. O que o senhor acha dessa visão?

**MD:** É condizente com a natureza do aparelho de Estado e de seu braço armado. Muitos associam isso à Guerra Fria, mas não é verdade. O Exército nasceu para manter uma estrutura escravocrata. O exército nasceu como capitão do mato, como milícia, reprimindo os descamisados e a pobreza sem arrimo. Os brasileiros são os inimigos internos. O Exército tem uma tradição de destruição de movimentos populares. Eu acho [que] nós precisamos nos lembrar mais de Canudos, no início da República, [em que] o Exército cortava a goela de rebeldes, de pessoas que sonhavam com uma vida melhor. Pouco tempo depois veio a cortar a goela também de rebeldes no Contestado.

A tradição de combate ao “inimigo interno” é preponderante. O militar nasceu com um dilema de origem, é um perturbado, tem um distúrbio de personalidade: posa de militar, mas na verdade nunca tirou a camisa do capitão do mato. E o Bolsonaro é um típico capitão do mato, pronto para matar gente. A solução dele é essa. E a morte de quem? De elementos da classe dominante? Latifundiários, banqueiros, grandes empresários? Quando ele fala em morte, ele fala em morte de quem deseja reforma. A morte da ciência, de quem pensa, a morte da cultura, que permite vislumbrar um país diferente, um país em mudança.

Essa história de “inimigo interno” está no cerne da alma do militar brasileiro. Esses instrumentos de força, repito, nasceram para preservação da ordem escravocrata, não para combater inimigo externo. Passaram vergonha na Cisplatina, em 1828, e passaram vergonha no Paraguai. Quando chegou a outra ocasião de enfrentar o alemão que bombardeava nossas embarcações, não estavam preparados. Havíamos dado muito dinheiro aos militares desde a primeira Guerra Mundial, em 1919, para contratar missões estrangeiras, comprar barcos, aviões, equipamentos. E quando fomos atacados na Segunda Guerra Mundial, tivemos que nos contentar com mandar soldados para compor, sob comando norte-americano, em ações no teatro já secundário, no final da Segunda Guerra Mundial.

Quando o militar fala em defesa externa, isso é pura demagogia, porque nós não temos defesa externa. Exército, Marinha e Aeronáutica não têm capacidade de reagir contra os interessados nas nossas riquezas.

**AB:** Professor, [uma das pessoas que] nos assiste diz o seguinte: “salvo engano, ao final do documento está o nome do primeiro-ministro da Educação no governo Bolsonaro”. É verdade que esse documento traz o nome de Ricardo Vélez Rodríguez, que foi o primeiro-ministro da Educação no governo Bolsonaro, como um dos revisores. Vélez Rodríguez estava presente no evento de lançamento desse documento, no último dia 19 de maio [de 2022]. Então, aproveito o gancho e lembro que esse documento



fala sobre o projeto de escolas militares que o governo Bolsonaro pôs em marcha...

**MD:** A parte mais tenebrosa é o tema 11. É um tema em que ele fala do domínio do coração brasileiro. Isso não se faz sem educação. A educação é um instrumento fundamental para formar cidadãos, formar os brasileiros do futuro. Eles dedicam muita atenção a isso. Essa parte é muito delicada. Sequer existe consenso da esquerda acerca disso. Tem liderança de esquerda que põe em marcha essas escolas cívico-militares, que são aberrações. Nós precisamos fechar os colégios militares existentes, porque eles são deformadores, não formam cidadãos, formam janízaros, formam crianças que crescem com a mentalidade militar.

O tipo de oficial que precisamos é o integrado à sociedade, sem perder o espírito de corpo. Não há militar sem espírito de corpo. Mas não dá também para nós termos exércitos de antigamente, nos quais o soldado era desintegrado da família. A expressão janízaro remete àquela tomada de crianças para serem feitas soldados, não tinham noção da vida, da sociedade, dos problemas.

O militar brasileiro tem uma noção pequena da nossa sociedade. Ele vive enfurnado, entra muito jovem e nunca tem oportunidade de experimentar e saber como o povo vive. Muitas vezes não conhece a sociedade. A mulher do militar brasileiro não tem oportunidade de criar vínculos, está em constante mudança. Essa rotatividade dos cargos, das regiões em que serve, é exagerada, não permite ao integrante da tal família militar uma relação mais próxima com o que a sociedade está sentindo, com seus dramas, problemas, dificuldades... Os oficiais vivem num mundo à parte, com as escolas deles, com o sistema de saúde deles, seus clubes, seus relacionamentos...

Essas escolas cívico-militares precisam acabar o quanto antes. A esquerda errou demais, não tem noção do perigo que isso representa. Veja, nós temos dezenas de milhares de crianças sendo formadas agora nessas escolas. O que esse pessoal representará daqui a pouco? As deformações dessa criançada logo surgirão. Estão alimentando esse espírito castrense, que não convêm que contamine a sociedade.

O militar nunca compreendeu que recebe soldo para cumprir uma missão específica, a de nos defender em um eventual ataque estrangeiro. Ele nunca entronizou isso. Persiste com a mentalidade antiga, como já me referi, de sustentar os regimes de natureza colonial. Prevalece a mentalidade colonial. O militar brasileiro é um atrasado. Se você entrar na ECEME agora, sabe o que vai encontrar? Na entrada, do lado esquerdo, você vai encontrar a estátua de um bandeirante. Sem cerimônia, o militar brasileiro se arroga descendente direto do colonizador, daquelas milícias portuguesas. Ele não adquiriu a noção de brasilidade. Com esse militar, o Brasil está indefeso. Não é necessário o estrangeiro atacar, porque ele tem o militar brasileiro sustentando seus desígnios.

**AB:** Esse documento defende, entre outras coisas, a cobrança de mensalidade em universidades públicas para famílias que ganhem acima de três salários-mínimos. Essa proposta foi apresentada pelo general e deputado Roberto Sebastião Peternelli Júnior em 2019. Nos últimos dias, foi discutida na Câmara dos Deputados e deve ser objeto de uma audiência pública na semana que vem. Qual é a sua opinião sobre essa ideia? Ela se encaixa à sua visão a respeito do militar brasileiro?

**MD:** O militar brasileiro quer liquidar nossas possibilidades de desenvolvimento. Nós precisamos de muitas reformas na universidade e no sistema que fomenta a ciência e a tecnologia. Mas alteração para melhor, não a sua extinção. A cobrança, a privatização da oferta de ensino superior e de pesquisa significa uma tragédia. O Brasil precisa investir seriamente em pesquisa. A responsabilidade da pesquisa no Brasil está essencialmente na universidade pública, no ensino superior. Ao estabelecer essa cobrança, nega-se acesso aos mais pobres.

Interessante eles se referirem a isso e, ao mesmo tempo, não mencionarem a cobrança na AMAN, a cobrança na Universidade da Força Aérea, na Escola Naval. Eles recebem tudo desde tenra idade: sapato, meia, roupa, comida, remédio... O tempo de serviço começa a contar desde a juventude. Estão garantidíssimos. Isso significa mais do que a formação de uma casta, significa

uma espécie de cunha na sociedade brasileira. O militar não tem integração, não tem interação com as nossas necessidades. Nunca teve!

No passado nos tivemos alguns oficiais que se destacaram com proposições avançadas, como Álvaro Alberto na criação do CNPQ [ou] aqueles que, no Clube Militar, defenderam a Petrobrás. Eram ovelhas negras, foram perseguidos como inimigos. Pouco importava se eram grandes heróis, se derramaram sangue, se correram risco de vida na defesa da corporação e na defesa da democracia. Eles eram perseguidos violentamente...

O tipo de militar que temos agora não pode ser comparado àquelas expressões dos anos 1950 e mesmo de antes de 1964, que se mostravam mais abertas a um Estado com capacidade de atender às necessidades do Brasil. Essa geração de hoje é formada no sistema repressivo, sob triagem forte.

Eu servi o Exército em 1968, sou testemunha da covardia da repressão a qualquer discussão que fugisse minimamente à doutrina ditada pelos norte-americanos. Uma vez, quase fui punido. Estavam lá defendendo o controle de natalidade e eu já tinha lido o Josué de Castro, o Florestan [Fernandes], o Celso Furtado. Eu tinha alguma noção. Era muito jovem, tinha 18. Minha posição era contrária ao controle de natalidade promovido pelos Estados Unidos, através de agências multilaterais. Eu me manifestei e o comandante pediu para conversar comigo. Alertou para que eu abandonasse aquelas ideias errôneas, ideias “contra o Brasil”. Mas eu sabia que aquelas proposições eram de agências multilaterais que estavam em voga nos anos 1960.

A repressão foi muito grande, não me admira que agora tenhamos oficiais como Mourão, Etchegoyen, Villas Bôas, Bolsonaro... Essa gente, não tem amor à sociedade. Admiram a própria farda, a corporação. São fiéis à corporação, não à sociedade, que desconhecem.

**AB:** O senhor mencionou o general Eduardo Villas Bôas e eu queria me deter um pouco nesta personagem. O general tem um instituto e foi um dos que elaborou o “Projeto de Nação”. O general Villas Bôas era o comandante do Exército no governo Dilma

Rousseff. Foi ele que, através de um tweet, pressionou o Supremo Tribunal Federal para que não mantivessem o ex-presidente Lula solto em 2018. O general Eduardo Villas Bôas, na eleição de 2018, se reuniu com praticamente todos os candidatos. Ele hoje é assessor especial do presidente Bolsonaro. Na posse do Ministro da Defesa, em 2 de janeiro de 2019, o presidente mencionou com palavras, digamos, enigmáticas o general Villas Bôas. Qual a sua interpretação sobre as palavras enigmáticas de Bolsonaro? Houve uma espécie de golpe e a gente não percebeu?

**MD:** Não, não creio que sejam palavras enigmáticas. Sem a atuação do Villas Bôas e do Comando Militar, Bolsonaro não seria presidente. Não há dúvidas. Foi montado todo um esquema. Meu colega Piero Leirner gosta de lembrar, com justa razão, que essa gente atua abertamente desde 2014. Bolsonaro faz propaganda eleitoral nos ambientes militares desde 2014. Quem faz propaganda eleitoral dentro de quartel comete crime endossado pelo Comando.

Aquela Intervenção no Rio de Janeiro foi fundamental para a eleição de Bolsonaro e foi comandada pelo Braga Netto. Tanto é que o Villas Bôas se refere a três personalidades que salvaram o Brasil: Bolsonaro, Sergio Moro e Braga Netto. Qual é a função efetiva de Braga Netto? Por que Braga Netto salvou o Brasil? O que ele fez na intervenção no Rio de Janeiro que se possa dizer que tenha salvado o Brasil? Aquela intervenção ensinou que as histórias do Rio de Janeiro não viessem a público. Aquela intervenção foi vital e mobilizou a capacidade do Congresso. A história de Bolsonaro ficou nas mãos do Exército, em particular do general Braga Netto. Eu acho que, hoje, esse general é o homem mais poderoso do Brasil. Ele não está mais na ativa, mas sabe tudo de Bolsonaro, que não tem uma história bonita. Ele tem o presidente da República nas mãos.

**AB:** O general Braga Netto era ministro da Defesa até 31 de março [de 2022]. Deixou o cargo para concorrer como vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições desse ano. Agora, ele, Braga Netto, é assessor especial da presidência. [Braga Netto] participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados e

comentou sobre a ditadura. O Brasil pode ter como vice-presidente um general que acha, como muitos dos militares brasileiros, que não houve ditadura no Brasil?

**MD:** Pior ainda, ele acha que o regime foi muito bom. O regime matou, torturou e impediu nosso desenvolvimento. Às vezes as pessoas lembram feitos da ditadura... Eu próprio já me referi à relevância do militar na estruturação do CNPq. A gente salienta as grandes obras, a infraestrutura, o acordo nuclear, mas a gente nunca pensa: o que nós poderíamos ter feito sem a ditadura? O fato é que, no pós-ditadura, nós tínhamos um país dependente, um país urbano sem resolver o problema da urbanidade, um país com massas rurais na indigência, um país com maior disparidade regional e social, um país que poderia ter credenciais mais relevantes no mundo científico e tecnológico.

Não me consta que a ditadura tenha sido analisada em profundidade. Temos muitos estudos, mas essas experiências traumáticas e longas (foram 21 anos), demandam um certo tempo para uma avaliação mais aprofundada. A ditadura foi uma desgraça sob todos os termos. Ela atrasou nossa cultura política, nos deixou mais expostos à ganância externa. Ao longo de todos os pontos levantados pelo Projeto de Nação 2035, não há sequer uma linha referente ao fechamento dos escritórios de compra em Washington. [O documento] fala demagogicamente em autonomia em armas e equipamentos, mas na prática persistem os canais de subserviência e de dependência. Na ocasião em que o Brasil se puser a ganhar autonomia nesse campo, aí conheceremos o tacão forte da grande potência. Os Estados Unidos não permitirão. Sequer permitem a Europa ter autonomia em armas e equipamentos. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) exerce um controle medonho da autonomia em Defesa de países industrializados. Imagine um país da América do Sul...

**AB:** E para falar mais uma vez do general Eduardo Villas Bôas, ele ouviu palavras elogiosas de Jair Bolsonaro em 2 de janeiro de 2019. Nove dias depois, houve a transmissão de cargo do Comando do Exército de Villas Bôas para o general Edson Pujol. Naquele momento, ele [Villas Bôas] retribuiu, digamos assim, os

elogios recebidos de Jair Bolsonaro. Professor, o general Villas Bôas elogia Bolsonaro por ele ter libertado o país de amarras ideológicas, como se os militares não fossem ideológicos. Esse documento lançado recentemente é profundamente ideológico, não?

**MD:** Profundamente ideológico. É de uma radicalidade... O que está lá [no documento] é uma projeção de um país tenebroso, dependente de exportação de minérios, com uma Amazônia liquidada, sem cultura superior, um país de lobotomizados, um país sem liberdade de expressão ... Enfim, é uma tragédia. As proposições da caserna para o Brasil são tenebrosas. Nós precisamos nos defender disso.

**AB:** E para terminar, professor, faço uma pergunta que vem do público, mas eu vou adaptar: o senhor diria que a tentativa do presidente Bolsonaro de desacreditar as urnas eletrônicas no Brasil são uma operação militar?

**MD:** Claro! Está nítido. Não vê quem não quer. Eu não sei qual é o esquema, mas eu posso supor o seguinte: Bolsonaro está perdendo, Lula será eleito, ao que tudo indica; vamos para o tapetão impugnando a urna, impugnando o sistema; vem o caos, confusão, tumulto; aparecerá o Verde-Oliva como salvador da pátria mais uma vez! Acho que o desenho está claro, André. Os interesses envolvidos são muito grandes. Esse Projeto de Nação é uma espécie de atestado de comprometimento com os grandes interesses econômicos em jogo. Fala de privatização, de entrega dos serviços públicos ao setor privado. A expressão PPP (parceria público-privado) aparece a toda hora. A intenção de entregar [o país] ao grande empresário está em toda linha, está em toda página. Por isso, eu digo que é um projeto tenebroso. Eles fizeram um favor sistematizando suas ideias, porque não apresenta nada de rigorosamente novo. Talvez a invenção de um controle gerencial à margem do Executivo. Agora, se você junta tudo em noventa e poucas páginas, como eles fizeram, você revela o quadro de forma mais clara. A sociedade pode conhecer melhor o risco ao qual estamos submetidos.

**AB:** Muito bem, professor. Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a sua gentileza de atender ao nosso convite. Foi um prazer recebê-lo aqui.

**MD:** André, sempre é um prazer conversar com você e me dirigir aos leitores e ouvintes da Carta Capital.